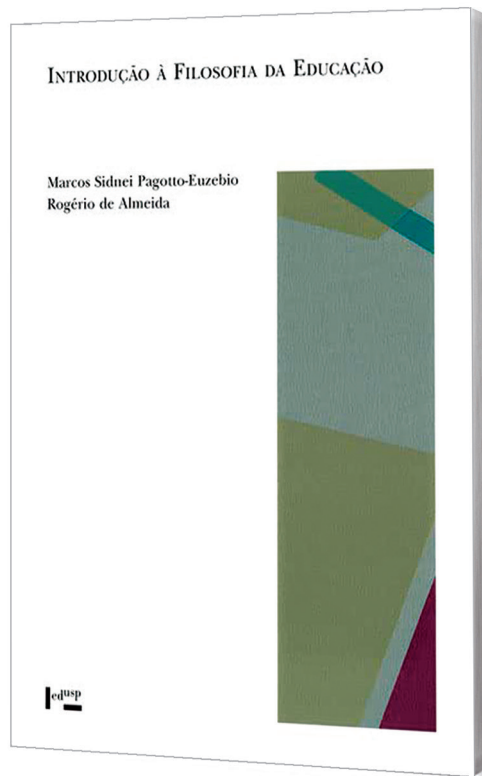


**livros**





Algum repertório da filosofia  
da educação, entre a história da  
cultura e a literatura: um livro clássico

---

*Carlota Boto*

---

*Introdução à filosofia da educação: uma tradição literária*, de Marcos Sidnei Pagotto-Euzébio e Rogério de Almeida, São Paulo, Edusp, 2022, 568 p.

**M**arcos Sidnei Paggotto-Euzebio e Rogério de Almeida são autores de um dos mais promissores livros que, até onde eu conheço, têm sido lançados no Brasil na área da educação nos últimos tempos: *Introdução à filosofia da educação: uma tradição literária*. Com um título simples e modesto, a obra é um portento. Em outra ocasião, eu tive oportunidade de dizer que se trata de um trabalho que já nasce clássico. Será de certo um texto de referência para os cursos de Pedagogia, mas não só isso. Será também um livro a ser percorrido por todos aqueles que possuem interesse em compreender a trajetória do pensamento pedagógico em uma chave histórica e filosófica. O livro percorre um período longo e diverso, entrelaçando a reflexão filosófica com a perspectiva educacional. Na mais fiel tradição da *paideia* grega ou das humanidades de Roma, os autores mobilizam referências va-

riadas, demonstrando vasta erudição, capaz de aliar o discurso filosófico com elementos literários, com o objetivo de descortinar os saberes da educação.

Dedicado “aos nossos alunos”, o livro pretende ser uma obra de síntese, capaz de abrigar os conteúdos culturais a serem trabalhados em cursos de Pedagogia, na matéria de Filosofia da Educação. Contudo, como eu já pude assinalar, o texto vai muito além disso. Escrito em uma linguagem esmerada, o trabalho dialoga, de maneira arguta e criativa, com a própria história da filosofia, trazendo elementos que possibilitam torná-lo uma obra de referência também nessa área. Um aspecto que chama a atenção por denotar a erudição dos autores do livro são as epígrafes; todas elas absolutamente instigantes e reveladoras de um conhecimento que extrapola os limites daquilo que é dito.

---

**CARLOTA BOTO** é professora da Faculdade de Educação da USP e autora de, entre outros, *Instrução pública e projeto civilizador* (Editora Unesp).

É muito comum, nos dias de hoje, os estudantes interpelarem os professores que trabalham no território dos fundamentos da educação, questionando sobre o fato de os autores trabalhados nas disciplinas da área serem homens, serem brancos e serem europeus. Tal crítica traz implícito o perigo de sua radicalidade. Ao condenar todo o repertório do saber ocidental, corre-se o risco de “cancelar” o valor de relevantes conteúdos culturais, os quais ainda são, para nossa contemporaneidade, uma referência indelével. Um livro como este demonstra a fertilidade de tal tradição do Ocidente, que, a despeito de ser escrita majoritariamente por homens, revela a riqueza e a potência dos modos pelos quais foram pensadas as temáticas relativas à existência e à educação. Trata-se de uma história que merece ser conhecida; que não pode ser esquecida! Como já nos recordava Hannah Arendt (1979), a tarefa da educação consiste em preservar as novas gerações de um mundo que pode fazer mal a elas, se inseridas abruptamente nele antes do tempo. Mas – recorda a mesma filósofa – é tarefa da educação também preservar o mundo, até para que as novas gerações, por desconhecimento, não o destruam. A escrita de um livro como este é, sob tal perspectiva, uma tarefa de resistência!

O foco inicial é o surgimento da filosofia com os gregos, com a cidade grega – uma filosofia que é filha do debate público e da cidade. O livro aqui apresentado demonstra com clareza o quanto a palavra em diálogo contribuiu para a construção de saberes e de valores que constituíram a alvorada da civilização ocidental. Além disso, um tema que permeia todo o texto

é o papel do livro: um livro primeiramente em formato de rolo, depois expresso em um códice manuscrito, até chegar ao exemplar impresso que nos é contemporâneo e que se confronta na atualidade com a realidade do texto digital, pelo computador ou pela tela dos *tablets* e dos celulares. Ao trabalhar os gregos, os autores circunscrevem a realidade que se propõem a descrever, reportando-se a uma criteriosa contextualização, que mobilizou os mitos e os ritos então contemporâneos do pensamento racional que ali se descortinava.

É muito bem descrita a circunscrição dos sofistas, seu lugar pedagógico como professores que eram, as similaridades e as diferenças de Sócrates frente à sofística, o julgamento e a defesa de Sócrates – ele que, simbolicamente, é o primeiro pedagogo dessa tradição ocidental. O julgamento de Sócrates, por sua vez, demonstra a grande contradição da democracia grega, que condenou o mais sábio de seus homens. A filosofia de Platão é muito bem apresentada, de maneira clara e precisa, sem perder para tanto o rigor conceitual e analítico exigido pelo pensamento filosófico. As imagens da República, a questão das almas aladas, o lugar do amor na reflexão da filosofia platônica, o mundo das ideias, o aprendizado como rememoração daquilo que passou pelo rio do esquecimento. Tudo isso é incluído na reflexão desse livro.

Na sequência de Platão, quando se poderia esperar o pensamento de Aristóteles, os autores nos surpreendem, trazendo um capítulo sobre Isócrates. Esse pensador discorre fundamentalmente sobre a temática do discurso e da linguagem como produtora daquilo que chamamos de verdade.

A construção do capítulo revela conhecimento pleno da obra de Isócrates, bem como dos demais filósofos que são aqui elencados. Trata-se de um livro escrito por conhecedores do tema, que se dirige, respeitosamente, para além de um público amplo, também a especialistas no assunto.

Aristóteles é o próximo autor a ser abordado, tanto a partir de sua teoria do conhecimento quanto de sua ética, que situa o meio-termo como o formato mais adequado para a justa medida das ações humanas. O capítulo seguinte é significativamente intitulado “A renúncia à polis”. Aqui o pensamento epicurista será em seguida confrontado com o estoicismo. As reflexões de Cícero mereceram um capítulo específico. Em todos esses casos, eram “escolas” filosóficas, de comunidades que se agremiaram à luz de uma ideia formativa, que “enfeixava um conjunto de ensinamentos e prescrições, de regras de vida e de expectativas intelectuais” (p. 222). Para os autores, essa era uma prova do caráter central da *paideia* também nesse período.

Em seguida, parte-se para um movimento que irá, nos termos deste livro, “dos deuses a Deus”, passando por um período em que os deuses não existiam mais e Cristo ainda não havia chegado. Os autores se reportam à ideia de que se tratou de um momento único no qual só existiu o homem. Mas logo chegou o cristianismo, que trouxe novos fundamentos para o conhecimento do Ocidente. Dois autores são magistralmente trabalhados para se pensar o modo como o pensamento cristão se apropriou dos saberes greco-latinos: Agostinho e Tomás de Aquino, o primeiro tendo recorrido ao pensamento de Platão e o segundo constituindo para

a explicação de mundo cristã uma síntese adaptada do pensamento aristotélico. Em ambos os casos, houve modelos de educação envolvidos. Os filósofos medievais – sem esquecer Abelardo – são aqui mobilizados à luz de seu tempo e do impacto também que a cultura árabe teria tido sobre suas reflexões.

Ao trabalhar a chegada da Modernidade, Pagotto-Euzebio e Almeida não poderiam deixar de mencionar o vínculo estreito entre a cultura impressa, a Reforma religiosa e o Humanismo. De fato, foi a Reforma que tornou necessário aquilo que Gutenberg tornara possível. Era fundamental que houvesse Bíblias suficientes para as pessoas lerem. Mas era ainda mais imprescindível que houvesse pessoas habilitadas para a leitura. Daí também a fertilidade pedagógica da Reforma protestante, que, seguida pela Contrarreforma católica, instou todos a proceder à decifração do texto sagrado. Tratava-se de um convite também para a criação de escolas. E não por outra razão foram criados colégios no mundo reformado e nos países católicos. Colégios luteranos, calvinistas e jesuíticos procederam à organização daquilo que já foi nomeado de “forma escolar de socialização” (Vincent, 1980). Ao lado de tudo isso, havia o imaginário social criado pelas grandes navegações e pelas descobertas. Novas imagens do humano se construía, e a diversidade adentrava pelo universo europeu. Daí a produção de pensamentos heterodoxos como os de Montaigne. A ele interessava – como comenta este livro – “a diversidade de costumes, sendo o seu ensaio sobre os canibais do Brasil o mais notório na temática, tanto pelo conjunto de leituras e de testemunhos que colhe,

inclusive de indígenas, quanto pelo exercício de alteridade do olhar, que relativiza a condição de bárbaros dos índios ao apontar as próprias barbaridades perpetradas pelos europeus” (p. 348).

A época moderna é contemplada, ainda, pela exposição do pensamento de Descartes, Bacon, Pascal, Spinoza, Hobbes e Locke, o que, mais uma vez, demonstra a habilidade dos autores deste livro em entrecruzar referências, pautando um debate extremamente complexo, como se estivessem passeando pela história da filosofia. Aqui aparecem também as remissões literárias, que caminham de Miguel de Cervantes a Machado de Assis. São deliciosas as digressões sobre *D. Quixote* e *Robinson Crusóé*. Para retomar a dimensão pedagógica do relato, são explorados o pensamento de Comenius e de Rousseau: o primeiro com a configuração de um modelo escolar que estrutura a tradição da escola moderna em seus princípios e métodos; o segundo reportando-se a uma ideia de infância que agenda para os contemporâneos um novo olhar sobre a criança.

Como todos sabemos, o *Emílio* (2022) de Rousseau é uma obra cujo impacto foi imediato, tanto por sua dimensão pedagógica quanto por motivos políticos e morais. É preciso lembrar que nos 25 anos que se seguiram ao lançamento do *Emílio*, a França presenciou três vezes mais o número de tratados pedagógicos em relação àqueles que haviam sido lançados nos primeiros 60 anos do século XVIII. *Emílio* era lido, era traduzido, era contestado, era apropriado e era imitado... A sociedade do século XVIII – e Rousseau é um porta-voz dela – abria margem para que se procedesse a um deslocamento do lugar social

e público das pessoas. Não haveria mais o ponto fixo de uma sociedade cristalizada por castas inamovíveis. A sociedade burguesa era finalmente consolidada. Era necessário conferir condições pedagógicas para isso. Rousseau busca compreender a condição humana, mediante a qual a educação se desenrolará, sobretudo perante exercícios, mais do que sobre preceitos. E para tanto parecia urgente que se enxergasse o que se tinha à frente quando se mencionava a condição de criança. Esta seria estruturalmente diversa da condição de homem. Ou seja: haveria uma especificidade na configuração do corpo, da mente e da alma infantil. Sobre o tema, o filósofo genebrino alerta as pessoas para que busquem o homem no homem e a criança na criança. Não se deveria procurar o homem na criança, sem considerar o que esta é antes de ser homem.

*Emílio* foi uma obra muitíssimo estudada no período que se seguiu à escrita de Rousseau. Pestalozzi procurou implementar seus preceitos. Dewey, ao trabalhar sua acepção de escola democrática, decerto considerou os ensinamentos rousseauianos. Froebel, em seus jardins de infância, muito provavelmente se inspirou nos ensinamentos do *Emílio*. Montessori, Decroly, Freinet e até Paulo Freire beberam dessa fonte. Rousseau coloca no texto do seu *Emílio* o tema da morte. Se educarmos uma criança apenas visando ao amanhã, o que será dessa infância se esse futuro não chegar a ser conhecido, em virtude de uma possível – e em alguns casos provável – morte precoce? Rousseau corajosamente levanta essa possibilidade. Sendo assim, ele exorta os contemporâneos para que a educação venha a fazer

sentido no momento presente: essa mesma educação que terá como efeito a constituição da moralidade infantil.

Para Rousseau, os primeiros sentimentos morais são o amor de si e a piedade. A capacidade de se reconhecer na dor do outro tem uma dimensão ética que posteriormente irá ser constelada como moralidade. Contudo, o amor de si, que também é atributo já inscrito no estado de natureza, tende a produzir o amor-próprio. Este, se não for bem dirigido, poderá facilmente prejudicar o amor pelo outro, que, no limite, seria o primeiro sentimento verdadeiramente moral. Daí Rousseau, em alguma medida, haver antecipado a moral kantiana, estabelecendo a autonomia do sujeito moral, exatamente a partir do trabalho em direção à formação da virtude. A virtude moral é construída em ação laboriosa mediante a transformação que se dará no sentimento de piedade. Será no encaminhamento da piedade para o firmamento da virtude que se superam ou que se transcendem os limites do amor-próprio. A virtude, assim formada, é uma construção e uma opção. Isso que Rousseau aqui chama de virtude, Kant (1988) nomeará autonomia da vontade moral. Seja como for, em ambos os casos, trata-se de uma moral laica e que prescinde inclusive da existência de Deus. Daí o caráter absolutamente revolucionário de *Emílio*, obra que é no presente trabalho confrontada com o pensamento de Kant. Sobre tudo isso a obra aqui analisada discorre.

O século XIX é abordado com remissão a Hegel, a Marx, mas também a Mary Shelley e seu *Frankenstein, ou o Prometeu moderno*, publicado em 1818. Schopenhauer e Nietzsche não ficam de fora da refle-

xão que contempla o lugar pedagógico dos dois filósofos, inscritos em seu tempo. Com todo esse cenário, estaria dado o contexto de produção do que os autores deste livro chamam de problemas atuais da filosofia da educação nos tempos que correm. Borges, Thomas Kuhn e Edgar Morin são autores que preparam o leitor para se familiarizar com o capítulo da virada linguística. Tratar-se-ia, nesse caso, de uma mudança de paradigma, em relação ao tema do conhecimento e da produção de uma determinada ideia de verdade. Saussure, Jakobson e Wittgenstein são apresentados em um deslocamento singularmente inovador para um livro cujo objeto é a apresentação da trajetória do pensamento filosófico na educação.

Por tudo isso, este é um livro que recupera o significado mais profundo do conceito de filosofia, tal como ele foi desenvolvido entre o século V antes de Cristo e o mundo contemporâneo. Pode-se mesmo dizer que o presente trabalho resgata verdadeiramente a acepção de *paideia* grega. O Humanismo, como expressão intelectual da Renascença, ao se apropriar dos conteúdos gregos e romanos, talvez tenha expressado, de maneira muito nítida, a busca de formação do homem moderno. Há, nesse sentido, uma clara implicação pedagógica em tal perspectiva. Os ideais reguladores do Humanismo – a saber, a secularização, a emancipação, a expansão da cultura letrada, a civilização – foram claramente mobilizados pelo movimento iluminista do século XVIII. Sendo assim, o presente livro pretende estabelecer um diálogo entre os movimentos que vão da *paideia* grega ao Pós-Modernismo, passando pelo Iluminismo.



O livro *Introdução à filosofia da educação* é concluído com uma arguta discussão sobre a pós-modernidade, “a crise dos relatos e as incertezas da educação” (p. 483). Considerando a pós-modernidade como um movimento difícil de ser definido, posto que seria pouco afeito aos enquadramentos e às sistematizações, os autores da presente obra falam em desestabilização, desnaturalização e problematização do *modus operandi* moderno. Este, por sua vez, seria composto das racionalizações conceituais, das generalizações e da crença na supremacia do pensamento. O pós-moderno aqui não é, entretanto, definido como um novo paradigma. Dizem Pagotto-Euzebio e Almeida que se trata de um novo modo de operar. Autores como Jean Baudrillard, Zygmunt Bauman, Jean-François Lyotard são todos aqui convocados, apontando, mais uma vez, a vasta erudição dos autores do presente livro. Nas palavras deles:

“O fim das metanarrativas, condição pós-moderna, expressa a crise da filosofia metafísica, que operava com narrativas-metas, a dialética do espírito, a hermenêutica do sentido, a emancipação do sujeito racional etc. Essas narrativas se dispersam, a linguagem se manifesta como jogo, com elementos narrativos, denotativos, prescritivos, descritivos etc., combinados de modos muito distintos e não necessariamente estáveis ou comunicáveis” (p. 493).

Por fim, o livro arrisca-se a prezo-nizar o que compreende ser uma forma de educação sintonizada com esse am-

biente pós-moderno. Não se trata de se opor ao saber e ao pensamento, mas de uma suspensão na crença cega nos saberes instituídos:

“O que o pós-moderno mostra é que a realidade é produzida por meio de jogos de linguagem que operam uma mediação entre o imediato do mundo e o entendimento humano. São esses jogos de linguagem – as narrativas, os discursos, os pensamentos etc. – que preenchem os imaginários compartilhados por determinados grupos” (p. 494).

Daí a necessidade de se admitir perspectivas distintas, dado que a realidade pode ser lida mediante várias chaves conceituais, expressas por variados paradigmas. A filosofia, sendo assim, é aqui apresentada como uma forma de saber, entre outras maneiras de se conceber a construção cultural das realidades. Nessa condição de ser um conhecimento entre outros, a filosofia “problematiza as próprias regras que cria para se constituir como Filosofia” (p. 505). É claro que, ao ler este livro, o leitor com certeza terá muito a dizer para seus autores. Por isso mesmo, trata-se de um livro que tem muito a dizer para todos nós. Exatamente por provocar o debate sobre temas que são clássicos e que são contemporâneos, os autores nos convidam a pensar nos assuntos que nos expõem. Não se pretende aqui esgotar o repertório da filosofia da educação. Trata-se, sim, de expor algum repertório sobre a matéria – entre a literatura e a história da cultura. Em síntese, um livro que nasce clássico!

## REFERÊNCIAS

- ARENDDT, H. *Entre o passado e o futuro*. São Paulo, Perspectiva, 1979.
- KANT, I. *Fundamentação da metafísica dos costumes*. Lisboa, Edições 70, 1988.
- ROUSSEAU, J.-J. *Emílio ou da educação*. São Paulo, Editora Unesp, 2022.
- VINCENT, G. *L'école primaire française: étude sociologique*. Lyon, Presses Universitaires de Lyon/ Editions de la Maison des Sciences de l'Homme, 1980.